

Justiça Federal

Digital

► **Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais**

Ministro Jorge Mussi (STJ) preside sessão em Vitória/ES



310

► Membros da TNU julgam questões previdenciárias e falam da satisfação por realizar sessão em Vitória



A Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais Federais realizou sessão em Vitória na quinta-feira, 18, no auditório da sede da Justiça Federal.

Presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal, ministro do Superior Tribunal de Justiça Jorge Mussi, a sessão em Vitória contou com a participação do subprocurador-geral da República, Antônio Carlos Pessoa Lins, e dos juízes federais das Seções Judiciárias: de Santa Catarina, João Batista Lazzari; do Rio de Janeiro, Boaventura João Andrade e Wilson José Witzel; do Ceará, Bruno Leonardo Carrá; de Minas Gerais, José Henrique Guaracy Rebelo; da Paraíba, Sergio Muri-lo Wanderley Queiroga; de São Paulo, Douglas Camarinha Gonzales; do Rio Grande do Sul, Daniel Machado da Rocha; do Distrito Federal, Rui Costa Gonçalves; e do Mato Grosso, Ronaldo José da Silva.

Votos

Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões ou em face de decisão de uma turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Foram votadas durante a sessão na capital capixaba questões relativas a benefícios previdenciários – aposentadoria dos professores, decadência de benefícios, pensão por morte (divisão do benefício entre viúva e ex-esposa divorciada e beneficiária de pensão alimentícia), aposentadoria por invalidez (assistência não eventual de terceiros, adicional de

25%), isenção de imposto de renda em casos de doença grave (neoplasia maligna), auxílio-acidente/reabilitação profissional – cujos resultados deverão ser divulgados nas próximas semanas pelo Conselho da Justiça Federal.

Presenças

Aberta ao público, a sessão foi prestigiada pelo presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Antônio César Bochenek, magistrados, servidores, advogados e estudantes.

Da Justiça Federal do ES, estavam presentes os juízes federais José Eduardo do Nascimento (diretor do foro), Fernando Cesar Baptista de Mattos (1ª VF-Execução Fiscal, indicado pelo STJ para compor o Conselho Nacional de Justiça), Pablo Coelho Charles Gomes (gestor das Turmas Recursais), Francisco de Assis Basílio de Moraes e Fábio Cesar dos Santos Oliveira (2ª Turma Recursal), Ronald Kruger Rodor (3ª VF-Execução Fiscal) e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (4ª VF-Cível), além de servidores e estagiários.

Agradecimentos à cidade de Vitória

Durante a sessão, o presidente e juízes federais que compõem a TNU fizeram questão de registrar seus agradecimentos à Seccional e à capital capixabas.

Ministro Jorge Mussi (corregedor-geral da Justiça Federal, presidente da TNU):

“Agradeço ao juiz federal José Eduardo do Nascimento, diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, e aos servidores, peças indispensáveis na engrenagem para o funcionamento da Turma Nacional”.

Juiz federal Douglas Camarinha Gonzales (Turma Recursal de São Paulo)

“Agradeço ao ministro Jorge Mussi pela oportunidade de realizar esta sessão na estimada cidade de Vitória, de estar mais próximo do jurisdicionado, neste canto tão estimado do País”.

Juiz federal Boaventura João Andrade (Turma Recursal do Rio de Janeiro - – Foi o primeiro presidente das Turmas Recursais do Espírito Santo)

“Aproveito a oportunidade para registrar minha satisfação de voltar a Vitória - onde comecei minha vida profissional – e reencontrar colegas e servidores desta Seção Judiciária”.

Juiz federal Daniel Machado da Rocha (Turma Recursal do Rio Grande do Sul)

“É uma satisfação muito grande estar em Vitória, cidade que eu ainda não conhecia mas que já sabia que era muito agradável, pelo seu clima, sua beleza e hospitalidade”.

Juiz Federal Wilson José Witzel (Presidente da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro, já atuou na Seção Judiciária do Espírito Santo e hoje representa a 2ª Região na TNU)

“Gostaria de destacar minha alegria de voltar à querida Vitória, onde judiquei por mais de cinco anos, e com muito saudosismo reencontrar amigos queridos que ainda permanecem aqui, além de poder mostrar aos colegas dos outros Estados o calor do Espírito Santo e alguns recantos”.

Esta foi a segunda vez que a Seção Judiciária do Espírito Santo recebe uma sessão da TNU. A primeira ocorreu em 31 de maio de 2007, na antiga sede, em Vitória, tendo sido presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Fernando Gonçalves. A próxima sessão da TNU está programada para 19 de agosto, no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF.

▶ Vice-diretora do foro da JFES participa da abertura do Fonajef

A vice-diretora do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik (na mesa diretora, foto ao lado), participou da abertura do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais, Fonajef, no dia 17/6. Ela deu as boas vindas aos participantes do evento, organizado pela Associação dos Juizes Federais, Ajufe, em nome do diretor do foro da Seccional capixaba, juiz federal José Eduardo do Nascimento, que participava de sessão no Tribunal Regional Eleitoral.



Ela destacou a importância da realização do evento, que debaterá inclusive as aplicações do novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor no próximo ano. É a primeira vez que o fórum é realizado no Estado, adotado pela magistrada e onde ela titularizou há dez anos, afirmou a vice-diretora.

Cristiane Conde Chmatalik, que também atuou como coordenadora do evento juntamente com o juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, ainda ressaltou que aquele era o “momento das pessoas debaterem” e fez votos para que todos conseguissem “fazer ótimos enunciados. Aqui é o momento”, concluiu.

O Fonajef foi realizado em Vitória, entre os dias 17 e 19/6, no Hotel Sheraton, na Praia do Canto.

▶ Coordenadores dos núcleos de conciliação das 5 regiões participam de reunião com corregedor-geral da Justiça Federal no Estado

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça, foi o anfitrião da reunião realizada na sede da Justiça Federal, em Vitória, no dia 11/06, com os coordenadores dos núcleos de conciliação das cinco regiões. De acordo com o juiz federal Antonio Schenkel, que auxilia o ministro, o objetivo da reunião foi “estabelecer um calendário de audiências de conciliação com a Caixa Econômica Federal para o mês de agosto, nas cinco regiões”.



Participaram da reunião os desembargadores federais Maria do Carmo Cardoso (TRF da 1ª Região), José Ferreira Neves Neto (TRF da 2ª Região), Mônica Nobre (TRF da 3ª Região), João Batista Pinto Silveira (TRF da 4ª Região), além dos juízes federais Bruno Teixeira (auxiliar, representando o desembargador federal Fernando Braga, do TRF

da 5ª Região), Cristiane Conde Chmatalik (vice-diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, que também atua em auxílio ao Núcleo de Conciliação do TRF da 2ª Região), Aline Alves de Melo Miranda Araújo (coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da SJES e titular da 3ª relatoria da 1ª Turma Recursal do ES), Paulo Marcos Farias (auxiliar do ministro), além do assessor Roberto Buch.

O ministro Jorge Mussi foi recebido pelo diretor do foro da Seccional capixaba, juiz federal José Eduardo do Nascimento. Na ocasião, os participantes da reunião receberam exemplares do livro "Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo", de autoria do juiz federal Ronald Krüger Rodor, que registra fatos marcantes da história da SJES e dos juízes que atuam nela desde 1890.



► Corregedor-regional da 2ª Região faz correição na VF-Serra de 22 a 24/6



O corregedor-regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Couto de Castro (foto), chega a Vitória nesta segunda-feira, 22, para participar da correição presencial a ser realizada na Subseção Judiciária de Serra, até quarta-feira, 24.

Natural de Minas Gerais, Guilherme Couto de Castro graduou-se e fez Mestrado em Direito da Cidade, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Pertenceu ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de 1986 a 1989, ingressando na Magistratura em 1989, obtendo a primeira colocação no respectivo concurso.

É professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e autor de artigos publicados na seção jurídica do “Jornal do Commercio”.

É autor do livro A Responsabilidade Civil Objetiva no Direito Brasileiro, editado pela Forense (2ª ed. 1997), e integra a Comissão de Redação da Revista de Jurisprudência da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Tomou posse como corregedor-geral da Justiça Federal da 2ª Região em 9 de abril deste ano, junto com os atuais presidente e vice-presidente do TRF2, desembargadores Poul Erik Dylrund e Reis Friede, respectivamente, para o biênio 2015/2017.

Subseção Judiciária de Serra, em Serra-Sede



► Prova dia 25/6 para estagiários de Direito

O Núcleo Regional de Vitória/Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região comunica que realizará o processo seletivo para estágio nas varas federais da Seção Judiciária do Espírito Santo (capital), no dia 25 de junho, das 14h às 17h, no auditório da Justiça Federal, situado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Centro, Vitória.

Em tempo, ressalta que os candidatos inscritos deverão comparecer ao local da prova com 30 minutos de antecedência, pois não haverá tolerância em relação ao horário, munido de documento de identidade com foto e caneta esferográfica azul ou preta.

(EMARF – Núcleo Regional de Vitória)

- ▶ **Mudança na forma de contagem dos prazos nas Turmas Recursais a partir de julho/15**

Turmas Recursais/ES informam aos advogados:

A partir do mês de julho, inclusive, a contagem dos prazos recursais dos julgamentos proferidos pelos colegiados das Turmas Recursais terão início no terceiro dia útil subsequente à sessão.

(Art. 41 da Resolução nº TRF2-RSP-2015/00007, de 24 de março de 2015)

Dúvidas: consulte www.ifes.jus.br ou ligue para (27)3183-5209 ou 5204.

► Justiça Federal abre mutirão de conciliação de danos morais no dia 29/6

No dia 29 de junho, ao meio-dia, a Justiça Federal fará a abertura de mutirão de conciliação com processos de danos morais que tramitam no 2º Juizado Especial Federal de Vitória.

As audiências serão realizadas durante toda a semana (de 29/6 a 3/7), na sala de mutirões do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), no terceiro andar do prédio sede da JFES, em Vitória (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo).

Acompanhe mais informações pelo www.jfes.jus.br.

► Responsabilidade ambiental

Além das ações de economia de água realizadas na Justiça Federal, divulgadas recentemente por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, a Seção Judiciária também dá atenção especial à destinação do lixo que produz.

De acordo com o supervisor da Seção de Serviços Gerais (Seseg/NOM), Isaías Luís de Souza, são realizados três tipos de coleta de lixo na Seção Judiciária.



O lixo seco (papeis, plásticos, embalagens lavadas e secas, etc) é encaminhado para reciclagem em associação de catadores de lixo conveniada - a Ascamare. O lixo úmido (resto de alimentos, lixo de copa e banheiro, etc) é coletado pelo caminhão de limpeza municipal. E há um terceiro tipo de resíduo (resto de obras e podas de árvores) que não é coletado pela Prefeitura. Nesse caso, a JFES entrega o material a uma usina de reciclagem de lixo no bairro São Pedro (foto).

Na usina, segundo o subsecretário de Limpeza Urbana de Vitória, Marcelo Vianna, é feita uma triagem por tipo de material: "Produtos comercializáveis - como metais e plásticos - são encaminhados para a associação de catadores. Restos de podas de árvores são triturados e transformados em insumos para canteiros e hortas. Já o que não pode ser reaproveitado é encaminhado para aterro sanitário da empresa Marca Ambiental, que atende integralmente à legislação".

► Exposição do CCJF

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória/ES, a Justiça Federal do Espírito Santo e a CERAMES - Associação de Ceremistas do Espírito Santo convidam para a exposição

A Cerâmica em Linguagens Plásticas

Abertura

28 de maio de 2015, às 18h

Visitação

28 de maio a 30 de junho

De segunda a sexta, das 12h às 17h

Local

Justiça Federal do Espírito Santo

Av. Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória-ES

Ceramistas Participantes

Águeda Valentim

Áurea Brandão

Cristina Bertalan

Elaine Sohelo

Fernanda Rodrigues

Gina Abreu

Helena Moreira

Izabel Vidal

Mariana Barroso

Marise Bessa

Zuilton Ferreira

Ceramista homenageada

Regina Rodrigues



► 10 anos da Vara Federal de Colatina

A Subseção Judiciária de Colatina comemorou na quarta-feira, 17, dez anos de instalação.

Instalada no dia 17 de junho de 2005, na gestão do desembargador federal Frederico José Leite Gueiros na Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e da juíza federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto, na Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, a Vara Federal de Colatina funcionou até outubro de 2011 no Fórum estadual do município, em local cedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES).

No dia 7 de junho, às 11 horas, no Fórum Estadual de Colatina, o presidente do TRF da 2ª Região assinou o termo de cessão de uso do imóvel. Além da presença de autoridades locais, a solenidade na qual o contrato foi firmado contou com a presença do então Presidente do TJ-ES, desembargador Adalto Dias Tristão. Como forma de agradecimento, o Tribunal e a Seção Judiciária ofereceram ao desembargador uma placa de agradecimento “por proporcionar a interação entre as justiças estadual e federal no Estado do Espírito Santo”.

Na época, segundo estimativa do foro estadual local, cerca de 2 mil processos de competência do Judiciário Federal tramitavam nas varas estaduais da cidade. Além desses autos, o acervo inicial da nova vara foi formado pelos processos de competência da Justiça Federal ajuizados nos municípios vizinhos, sobre os quais a Vara Federal de Colatina estendeu a sua jurisdição: Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Águia Branca, Alto Rio Novo, Pancas, São Gabriel da Palha, Vila Valério, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, São Roque do Canaã e Baixo Guandu.

Em 18 de novembro de 2011, o Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes - representando a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne - e o então diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, inauguraram na Rua Santa Maria, 46, Centro, as novas instalações da Subseccional, onde funciona atualmente (foto acima). Na época tramitavam na vara federal colatinense 6.391 processos, sendo 2.222 eletrônicos.

Hoje atuam na subseção os juízes federais Mônica Lúcia do Nascimento Frias (titular) e Guilherme Alves dos Santos (substituto), além de 17 servidores. Destes, quatro estão lotados na vara desde a sua instalação: os técnicos judiciários Nielsen Balmant, Luciano Tarcisio Agrizzi Altoé, Leônidas Eduardo Fachetti de Oliveira e Marinaldo Barbosa.

De acordo com o diretor de secretaria, Vito Rafael Pires Scardua, tramitam atualmente na vara federal colatinense 6.601 processos, sendo 5.234 eletrônicos. A VF-Colatina recebe processos de execução fiscal, criminal, cível e juizados.



NOTÍCIAS DO TRF2

► Representantes de 18 países se reúnem em fórum da Justiça Federal no Rio para discutir questões envolvendo estrangeiros que respondem a processos judiciais*

Discutir e propor soluções para questões submetidas à Justiça Federal que envolvam estrangeiros. Com este objetivo, o diretor geral do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), desembargador federal Guilherme Calmon, presidiu no dia 12 de junho, no CCJF, para uma plateia de magistrados e representantes consulares de dezoito países, a primeira reunião do Fórum Permanente da Justiça Federal e das Representações Consulares na 2ª Região.

A ideia é construir uma agenda comum que permita sugerir práticas para aperfeiçoar a prestação jurisdicional e que permitam estreitar a comunicação entre a Justiça Federal e as partes envolvidas. Embora as conclusões conjuntas não tenham força normativa, a expectativa de Guilherme Calmon é de que o resultado das discussões ajude a orientar os procedimentos adotados no Judiciário e, eventualmente, até em outras áreas da administração pública, através de comunicados e relatórios.

O grupo de trabalho, criado pela Portaria TRF2-POR-2015/00006, assinada pelo magistrado e coordenador da iniciativa em 27 de maio de 2015, é formado pelos juízes federais Adriana Cruz, Fernanda Duarte, Paulo Villela, Mauro Braga, Mauro Lopes, Helena Elias, Andrea Esmeraldo, Marcel Corrêa, Karla Nanci, Valéria Caldi, Marcella Brandão e Anderson Santos.

Guilherme Calmon iniciou o encontro esclarecendo que o objetivo do Fórum Permanente é efetivar a aproximação entre a Justiça Federal da 2ª Região e as 57 Representações Consulares existentes no RJ e no ES, estreitando vínculos e encurtando distâncias, visando, principalmente, “construir algumas pontes que possam alcançar protocolos de atuação integrada em questões práticas, como as que envolvam, por exemplo, a Convenção de Haia - que trata do sequestro internacional de crianças -, a Convenção de Viena, a questão de presos estrangeiros que estejam no Rio de Janeiro ou no Espírito Santo etc.”. Ainda segundo o magistrado, a cooperação será subdividida em três vertentes: a cooperação em matéria cível, em matéria penal e em questões em comum (tais como traduções, atos de comunicação, etc.).

Em seguida, a juíza federal Fernanda Duarte saudou os representantes consulares presentes ao encontro e destacou a importância do Fórum Permanente: “Este é um espaço de cooperação. É um espaço que possibilita ouvi-los, visando pensar os problemas.

O objetivo do Fórum é permitir a formação de grupos de trabalho que possam trazer proposições procedimentais”, explicou. Para o juiz federal Paulo Villela, também presente na abertura do encontro, o objetivo é melhorar a comunicação entre os consulados e a Justiça Federal da 2ª Região. “Precisamos compreender qual a visão e quais dificuldades os Srs. encontram no dia a dia para que possamos construir práticas que auxiliem a prestação jurisdicional e a atuação de apoio aos seus nacionais”, enfatizou.

Grupos de Trabalho

Em seguida, foram definidos três grupos de trabalho, organizados de acordo com os continentes aos quais pertencem os países representados no encontro, que se reuniram para suscitar questões a serem abordadas ao longo das atividades do Fórum no ano de 2015.

O primeiro grupo, coordenado pelos juízes federais Mauro Braga e Marcella Brandão, foi formado pelas Representações Consulares dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O segundo grupo, coordenado pelos juízes federais Andrea Esmeraldo e Anderson Santos, foi estabelecido com os representantes de Angola, Estados Unidos, Filipinas e Sri Lanka. Por fim, coordenado pelos juízes federais Mauro Lopes e Marcel Corrêa, os representantes da Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Romênia e Suíça formaram o terceiro grupo de trabalho.

Conclusões

Após a reunião, ainda na parte da tarde do dia 12, os grupos recém-formados apresentaram suas conclusões. A coordenadora do grupo da América Latina, juíza federal Marcella Brandão, iniciou os trabalhos destacando que o problema mais citado pelos representantes consulares diz respeito à comunicação. “O grupo pontuou diversos problemas de comunicação, como por exemplo, a falta de tradutores nas delegacias, na ocasião de registros de autos de prisão em flagrante. Também foram detectadas dificuldades no entendimento do prazo de detenção de presos provisórios”.

Além disso - continuou -, é necessário construir uma aproximação com os chamados abrigos para que os presos de outras nacionalidades possam ter endereço fixo no Brasil, durante o curso dos processos. Por fim, os representantes do primeiro grupo se queixaram da dificuldade de localização e de acesso aos presos estrangeiros nos presídios brasileiros e sugeriram que o convite para as reuniões do Fórum se estenda à Defensoria Pública da União (DPU), ao Ministério Público Federal (MPF), à Polícia Federal (PF) e às Secretarias de Estado de Administração Penitenciária do Rio e do Espírito Santo (SEAP).

Em seguida, foi a vez do coordenador do grupo da América do Norte, Central, Ásia e África, juiz federal Anderson Santos, que também destacou as queixas dos Representantes Consulares envolvendo problemas de comunicação, especificamente, com relação à demora nas notificações consulares. “Por isso, o grupo sugeriu a criação de uma espécie de central de notificação consular, o que poderia, na visão deles, minimizar a dificuldade”, explicou.

Os representantes também reclamaram - continuou - “do acesso aos estabelecimentos prisionais e sugeriram a criação de uma espécie de passe livre consular para que os agentes consulares possam circular pelos presídios sem prévio agendamento”. Por fim, destacou, “os representantes dos países relataram a dificuldade do acesso à publicação de uma sentença condenatória ou de um alvará de soltura de um preso estrangeiro no Brasil”, encerrou.

Por fim, representando o grupo de países europeus, o juiz federal Mauro Lopes iniciou sua exposição apresentando sugestão para que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) esteja presente na próxima reunião. O magistrado também citou queixas de desrespeito às prerrogativas dos representantes consulares, além da deficiência de comunicação no que diz respeito à notificação à repartição consular de prisão, detenção ou condenação de indivíduo de nacionalidade estrangeira no Brasil.

“Os representantes consulares também mostraram preocupação com o que chamaram de ‘desrespeito ao regime aberto’, já que muitos estrangeiros têm seus pedidos de liberdade negados por não terem um endereço certo no Brasil”, explicou o magistrado. Além disso - continuou - “quando um estrangeiro é libertado sem o passaporte, gera-se uma incerteza com relação à possibilidade ou não de sua saída do Brasil”, enfatizou. Por fim - continuou Mauro Lopes -, os representantes reivindicaram que seja dado efetivamente um tratamento igualitário para os casos que envolvam presos brasileiros e estrangeiros.

Após as apresentações, os três grupos de trabalho indicaram representantes que ficaram incumbidos de participar, já na próxima reunião do Fórum Permanente, prevista para o dia 17 de julho, às 14h, no CCJF, no centro do Rio, das matérias voltadas para questões cíveis, penais e de questões em comum. Na ocasião, também será feita uma exposição para as equipes dos consulados sobre a atuação do Poder Judiciário brasileiro e da Justiça Federal, especificamente.

NOTÍCIAS DO CNJ

► CNJ: Grupo anticorrupção abre consulta pública para agilizar processos judiciais*

Corrupção



O Grupo de Trabalho Anticorrupção, que tem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um de seus membros, lançou uma consulta pública com o objetivo de recolher sugestões para acelerar os processos judiciais, procedimentos administrativos e outros relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público. O grupo foi criado a partir da assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o CNJ, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Advocacia-Geral da União (AGU), a

Controladoria-Geral da União (CGU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o enfrentamento à corrupção e à impunidade.

A iniciativa faz parte do pacote anticorrupção lançado pelo Executivo em março. O acordo também estabelece a criação de um Fórum de Colaboradores, por meio do qual também será possível a participação da sociedade civil e de grupos representativos, como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Na ocasião da assinatura do acordo, o presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, ressaltou que o artigo 37 da Constituição Federal já fornece as balizas necessárias quando determina que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

“Nós vamos avançar com medidas na área jurisdicional, legislativa e administrativa. No entanto, isso só não basta. O combate à corrupção deve envolver toda a sociedade, porquanto é um problema de natureza cultural. A confusão entre o público e o privado existe há mais de 500 anos, desde as capitânicas hereditárias”, disse o ministro.

Consulta à sociedade – A plataforma digital para a consulta pública criada pelo grupo permite que a população conheça e apresente propostas, até 8 de julho, em torno dos principais eixos do debate sobre a corrupção propostos pelo grupo. Para o conselheiro Fabiano Silveira, representante do CNJ, a corrupção não é um problema de técnica jurídica, mas um problema social de fundo histórico e, portanto, as respostas e soluções contra a corrupção devem partir da sociedade. “A ferramenta de consulta disponibilizada parte dessa premissa, isto é, a premissa do envolvimento da sociedade como forma mais efetiva de combate a um fenômeno tão arraigado e complexo”, diz.

No que concerne ao Poder Judiciário, a plataforma permite o acesso a três temas pertinentes à eficiência e eficácia

dos processos judiciais e administrativos: o “foro por prerrogativa de função”, “instrumentos de atuação prioritária em processos de corrupção” e “precedentes administrativos e exaurimento da via administrativa”. O tema relativo ao foro especial por prerrogativa de função é uma das formas de se estabelecer a competência penal perante os tribunais para o processamento e julgamento de algumas autoridades públicas. O debate pretende analisar as eventuais dificuldades trazidas por esse instituto.

Já a discussão sobre instrumentos de atuação prioritária em processos de corrupção tem como objetivo a coleta de sugestões e ideias sobre estratégias para a concentração de esforços do Estado em ações que buscam resultados mais efetivos para a sociedade no enfrentamento da corrupção. Quanto ao terceiro tema, que envolve os precedentes administrativos, o debate é sobre o estabelecimento de regras claras e da garantia da impessoalidade nas atividades desenvolvidas pela administração pública, evitando-se que haja favorecimento de interesses particulares em detrimento de interesses públicos.

Atuação do CNJ - Além do grupo de trabalho criado neste ano, o CNJ também participa, há sete anos, de discussões sobre combate à corrupção e à impunidade desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, a Enccla viabilizou a criação, em 2014, do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) e da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC), que auxiliam na prevenção de fraudes previdenciárias praticadas com a falsificação de documentos de registro civil.

*Luiza de Carvalho Fariello/ Agência CNJ de Notícias

▶ CNJ e OAB lançam Escritório Digital*

Brasília, 26/02/2015 Reunião do grupo de trabalho do Escritório Digital. Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, lançaram na segunda-feira (15/6) o Escritório Digital em solenidade no plenário do Conselho Federal da OAB, em Brasília. O software vai integrar os sistemas de tramitação de processos dos tribunais brasileiros e facilitar o acesso dos usuários ao ambiente virtual da Justiça.

Usando o Escritório Digital, o usuário não vai mais precisar entrar no portal de cada tribunal para encontrar processos do seu interesse. Criado em parceria

pelo CNJ e pela OAB, o sistema foi aprovado pelo grupo de advogados que testaram a ferramenta, em operação piloto no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) desde março.

*Agência CNJ de Notícias

▶ Programas criados pelo CNJ contribuem para garantir direitos aos cidadãos*



Protagonista na elaboração e implementação de diretrizes voltadas ao Poder Judiciário brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenvolve, desde a sua criação há dez anos, ações e programas que objetivam transpor desafios enfrentados pela sociedade brasileira no âmbito da Justiça, como lentidão na solução dos processos judiciais, superlotação de presídios, corrupção na administração pública e combate à impunidade. A começar pela busca pela pacificação social por meio das soluções negociadas dos litígios - uma das ações mais importantes lideradas pelo CNJ desde a sua criação -, o órgão também realiza projetos e campanhas nas áreas de infância e juventude, segurança pública e combate à violência contra a mulher, entre outras.

Como resultado de mutirões de conciliação promovidos pelo CNJ desde 2006, o Conselho editou a Resolução 125/2010, que criou a Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse e norteou o Judiciário na implementação dos mecanismos consensuais de solução de conflitos. Entidades públicas, privadas, universidades e cidadãos comuns já se beneficiaram dos milhares de acordos realizados nos últimos anos por meio da conciliação e da mediação.

Além da economia de recursos e de tempo, essas alternativas têm um importante impacto na sociedade: reduzem

a entrada de novos processos na Justiça que, atualmente, movimenta cerca de 100 milhões de processos em seus tribunais. Somente durante as nove edições da Semana Nacional de Conciliação, que terá a décima edição em novembro de 2015, mais de um milhão de processos foram finalizados pacificamente. Coroando o sucesso dessa política pública, o Congresso Nacional aprovou, em junho deste ano, a chamada Lei de Mediação, proposta que regulamenta a prática no país e foi encampada pelo CNJ.

Pacificação e ressocialização – O sistema carcerário também tem recebido atenção do CNJ, culminando no Programa Cidadania nos Presídios, lançado neste ano, com o objetivo de desenvolver uma nova dinâmica e metodologia para o sistema de execução e fiscalização das penas, revendo o funcionamento das varas de execução penal e a superlotação dos presídios. O programa nasceu com a meta de aperfeiçoar o trabalho dos Mutirões Carcerários, iniciados em 2008, e também pretende fiscalizar as condições físicas dos presídios e acompanhar a saída do preso do sistema penitenciário, a fim de garantir a esses cidadãos a inclusão social e o acesso ao mercado de trabalho. Só no primeiro ano de funcionamento, que se estendeu até 2014, os mutirões carcerários feitos pelo CNJ libertaram 21 mil pessoas que estavam detidas ilegalmente em presídios, cadeias públicas e delegacias.

Ainda nesse campo, o Conselho firmou acordos com o Poder Executivo e entidades civis para combater a cultura do encarceramento, concretizando medidas como o projeto Audiência de Custódia. A iniciativa consiste na apresentação do preso em flagrante a um juiz no prazo de 24 horas, para que seja analisada a necessidade da prisão e a possibilidade de imposição de medidas alternativas ao cárcere. O Brasil tem, hoje, uma população carcerária que ultrapassa os 600 mil presos, sendo 42% deles provisórios, ou seja, que ainda não foram julgados. Lançado experimentalmente em São Paulo, em fevereiro de 2015, o programa já reduziu em 45% o número de prisões provisórias no estado desde então. No Espírito Santo, o índice chega a 60%. Até o final do mês de agosto, o projeto será implantado em mais 15 capitais (PR, RS, SC, MG, RJ, BA, MA, PE, PB, CE, PI, AM, TO, MT e DF).

O Programa Cidadania nos Presídios também engloba outra experiência do CNJ que é o projeto Começar de Novo, direcionado para a promoção de ações de ressocialização de presos e egressos do sistema carcerário. O intuito do Começar de Novo é reduzir as taxas de reincidência criminal por meio das oportunidades de trabalho. Contando com apoio dos tribunais, entidades civis e empresas, foram 9.970 oportunidades de trabalho preenchidas desde 2010.

Direitos das mulheres e crianças – Pouco tempo depois de o censo escolar revelar a existência de 4,8 milhões de crianças e jovens sem registro paterno, o CNJ criou o projeto Pai Presente, facilitando e estimulando o reconhecimento voluntário da paternidade. Foram mais de 10 mil registros só nos primeiros 12 meses de funcionamento, entre 2010 e 2011. Com o projeto, que contou com o apoio dos cartórios de todo o país, milhares de brasileiros passaram não só a ter o nome de seu genitor na certidão de nascimento, mas a contar com os direitos e responsabilidades advindos da paternidade. Hoje, a iniciativa é gerida de forma autônoma pelos tribunais estaduais e do Distrito Federal.

Enquanto órgão de planejamento estratégico do Judiciário, o CNJ também vem trabalhando junto a entidades públicas, organizações civis e tribunais para promover a responsabilização de autores de violência doméstica. Por iniciativa do Conselho, juizados e varas especializadas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher foram criados após a edição da Recomendação 9/2007. O CNJ também divulga e difunde a Lei Maria da Penha,

assim como realiza, anualmente, as chamadas Jornadas da Lei Maria da Penha, em que magistrados se reúnem para formular propostas que contribuam de maneira efetiva para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Outro mecanismo de proteção utilizado na Justiça, dessa vez voltado às crianças e jovens, diz respeito às oitivas especiais. Em 2010, o CNJ estabeleceu a Resolução 33, a fim de garantir depoimentos especiais menos traumáticos durante processos judiciais que envolvam crimes sexuais contra crianças e jovens. A medida aumenta em quase nove vezes os índices de condenação de autores deste tipo de crime.

Eficiência – Para garantir uma prestação jurisdicional mais eficiente e ágil, o CNJ buscou solucionar o gargalo na primeira instância da Justiça, a porta de entrada dos processos judiciais. Com base no Relatório Justiça em Números, foi diagnosticado que o primeiro grau de jurisdição de todos os ramos da Justiça respondia por 90% dos 95,1 milhões de processos que tramitavam nos tribunais em 2013. Ainda assim, a distribuição de recursos e pessoal privilegiava a segunda instância, onde a demanda de processos era bem inferior. Neste contexto, foi instituída a Resolução 195/2014, que estabeleceu a Política Nacional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição. Nela, constam ações voltadas ao reforço dos recursos humanos e orçamentários da primeira instância da Justiça.

A preocupação com um Judiciário eficiente e transparente também está presente em outros flancos abertos pelo CNJ. Em 2012, o conselho editou a Resolução 158/2012, que criou o Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec), contribuindo para a uniformização na gestão e pagamento de dívidas públicas (precatórios). O Conselho também faz parte da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), grupo de entidades que, sob coordenação do Ministério da Justiça, trabalha para combater a corrupção e a impunidade na administração pública. Foi por meio de ações e metas da Enccla, por exemplo, que o CNJ instituiu o modelo único de certidões de nascimento, casamento e óbito para todo o país, permitindo a verificação da autenticidade dos documentos, aumentando a segurança das informações.

A sustentabilidade e o uso racional de recursos naturais e de bens públicos também estimularam o Conselho a formalizar, ainda em 2007, a Recomendação 11, que sugeria aos tribunais a adoção de políticas públicas visando à recuperação e a proteção do meio ambiente. O tema ganhou força e, em 2015, após consulta pública, foi elaborada a Resolução 201, determinando aos órgãos e conselhos do Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais, para estimular a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental no Judiciário, bem como do corpo funcional e da força de trabalho auxiliar de cada instituição.

A política mais recente, com abrangência para todo o Judiciário brasileiro, foi a aprovação, na sessão plenária da última terça-feira (9/6), de resolução para que os tribunais brasileiros reservem 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para cargos de servidor e juiz a candidatos negros. Com isso, a magistratura é a primeira carreira jurídica a estabelecer esse tipo de política afirmativa para preenchimento de vagas.

Esta é a quinta matéria de uma série especial sobre a atuação do CNJ ao longo de seus dez anos de existência. Neste sábado (13/6), falaremos sobre os principais eventos liderados pelo Conselho e seus resultados, como a Semana Nacional de Conciliação, a Jornada Maria da Penha, os Encontros Nacionais do Judiciário, entre outros.

***Regina Bandeira/ Agência CNJ de Notícias**

▶ Campanha divulga emissão de certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde*

A Corregedoria Nacional de Justiça inicia, nesta semana, uma campanha nacional para o cumprimento da Recomendação n. 18/2015 do órgão, que determina que as certidões de óbito devem ser emitidas nos estabelecimentos de saúde onde ocorram os falecimentos. Cartazes para esclarecer a população sobre o direito previsto na recomendação estão sendo enviados para as 27 unidades da federação, onde serão afixados em hospitais, cemitérios, funerárias e casas mortuárias. As redes sociais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também estarão engajadas na campanha. O modelo com a arte do cartaz está disponível para download clicando aqui.

Em vigor desde março deste ano, a recomendação tem o objetivo de tornar mais ágil e desburocratizada a emissão do documento, indispensável para dar início a requerimento de pensão e a processos de inventário ou testamento, entre outras providências. Segundo a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, a iniciativa foi inspirada pelo sucesso de outra medida implementada pelo CNJ: o Provimento n. 13/2010, que determina a obrigatoriedade da expedição de certidões de nascimento nos estabelecimentos de saúde onde ocorreram o parto.

“Trata-se de uma medida que traz economia de tempo e esforços, sobretudo para aqueles que são obrigados a fazer inicialmente a declaração de óbito. É uma iniciativa que ajuda e simplificar a vida das famílias no difícil momento

de dor pela perda”, avaliou a ministra corregedora. As pessoas que legalmente são obrigadas a fazer a declaração de óbito estão descritas no artigo 79 da Lei n. 6.015/1973.

**É DIREITO DE
TODO CIDADÃO.**

Agora você pode emitir a **certidão de óbito** no cartório do estabelecimento de saúde.
Verifique se o hospital dispõe deste serviço.

A Recomendação nº 18 do Conselho Nacional de Justiça determina que a certidão de óbito deve ser expedida no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.

Saiba mais: www.cnj.jus.br/certidaodeobito

ANEXO
CNJ
Corregedoria
Nacional de
Justiça

Fiscalização

A Recomendação estabelece que as Corregedorias Gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal promovam e fiscalizem a expedição do atestado de óbito no próprio hospital ou casa de saúde onde o falecimento venha a ocorrer. Válida em todo o território nacional, a recomendação, entretanto, leva em consideração as diferenças regionais, como nos casos em que a tomada de dados do óbito necessite da participação de serviços funerários ou de empresas conveniadas.

*Corregedoria Nacional da Justiça

NOTÍCIAS DO STF

► STF homenageia ministro Marco Aurélio*



O Supremo Tribunal Federal prestou, nesta quarta-feira (17), homenagem aos 25 anos de atuação do ministro Marco Aurélio na Corte, completados no dia 13 de junho. A celebração do jubileu de prata do vice-decano da Corte contou com discursos na sessão plenária, entrega de medalha comemorativa, exposição e lançamento de livros.

Antes do encerramento da sessão plenária, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, abriu a homenagem destacando que o ministro Marco Aurélio é um homem e juiz “de convicções firmes, mas que jamais se furtou a ouvir com atenção opiniões divergentes”. Ele lembrou que o ministro protagonizou momentos marcantes na vida pública do País, comandando o STF no biênio 2001-2002, período em que exerceu por diversas vezes, interinamente, a Presidência da República – e, numa dessas ocasiões, sancionou a lei de criação da TV Justiça. Ressaltou também que, durante um de seus três mandatos à frente do Tribunal Superior Eleitoral, inaugurou as eleições informatizadas no país.

O decano do STF, ministro Celso de Mello, falou sobre a longa trajetória do ministro Marco Aurélio, ressaltando a importância de suas posições nos grandes julgamentos da Corte.

“Muitos de seus votos vencidos culminaram por se converter em diretrizes jurisprudenciais hoje prevaletentes na prática jurisdicional dessa Suprema Corte”, assinalou. “Aquele que vota vencido não pode ser visto como um espírito isolado nem como uma alma rebelde, pois, muitas vezes, é ele quem possui o sentido mais elevado da ordem e da justiça, exprimindo, na solidão de seu pronunciamento, uma percepção mais aguda da realidade social que pulsa na

coletividade, antecipando-se aos seus contemporâneos na revelação dos sonhos que animarão as gerações futuras na busca da felicidade, na construção de uma sociedade mais justa e solidária e na edificação de um Estado fundado em bases genuinamente democráticas”.

O decano encerrou sua homenagem com votos que são, a seu ver, desejo de todos. “Quando encerrar, no futuro, em 12 de julho de 2021, sua carreira nesta Corte Suprema, torne-se, então, na história republicana de nosso país, o juiz que por mais tempo terá permanecido com assento no Supremo Tribunal Federal”.

Até hoje, apenas quatro ministros chegaram aos 25 anos na Corte: Hermínio do Espírito Santo e André Cavalcanti, que atuaram por 29 anos; Moreira Alves, por 27 anos; e o próprio Celso de Mello, que completará em dezembro 26 anos.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou a posição do ministro Marco Aurélio em julgamentos históricos, como os que trataram, entre outros temas, da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, da constitucionalidade de artigos da Lei Maria da Penha, do reconhecimento da desaprovação das contas de campanha como impeditivo de candidatura e da obrigatoriedade da tomada de providências por entes públicos para garantir o pleno acesso das pessoas com deficiência à plenitude da vida social. “O Ministério Público gostaria de homenageá-lo por esses 25 anos ocupando uma cadeira marcada pela convicção e pelo arrojo”, afirmou. “Em nome do Ministério Público brasileiro, faço votos de que, nos próximos anos, o ministro continue enriquecendo a Corte com sua atuação por vezes polêmica, mas sempre coerente, firme, convicta e republicana”.

Após receber uma medalha de prata comemorativa da data, cunhada pela Casa da Moeda do Brasil e entregue pelo ministro Edson Fachin, o mais novo da Casa, o ministro Marco Aurélio relembrou sua trajetória e reafirmou sua disposição para seguir em frente naquilo que considera sua missão. “Considero-me um homem realizado”, afirmou. “Atingirei, se a genética ajudar e o Todo Poderoso admitir, 31 anos de atividade profissional no STF, e não me vejo virando as costas a esta cadeira. O que mais quero na vida é manter o mesmo entusiasmo, examinando um processo como se fosse o primeiro de minha vida judicante”.

Exposição

Na abertura da exposição comemorativa ao jubileu de prata do ministro Marco Aurélio no STF, o ministro Ricardo Lewandowski ressaltou tratar-se de um dia festivo para o Supremo. “Comemoramos 25 anos de judicatura ininterrupta, profícua e brilhante do eminente ministro Marco Aurélio. É um dia de júbilo para essa elevada Casa de Justiça”, salientou, ao citar os discursos proferidos ao homenageado durante sessão plenária desta tarde.

Durante a cerimônia, houve, ainda, o lançamento de duas publicações, com sessão de autógrafos pelo homenageado. Um livro sobre a trajetória do ministro, editado pelo STF, e a obra “Ciência e Consciência”, da editora Migalhas. Estiveram presentes o vice-presidente da República, Michel Temer, ministros dos tribunais superiores, representantes dos Três Poderes, integrantes da magistratura e da advocacia, amigos e familiares.

A mostra, que ocupará o Hall dos Bustos, no edifício sede do STF, e a galeria do Espaço Cultural Ministro Menezes Direito, estará aberta à visitação pública até 4 de setembro.

CF/EH

*www.stf.jus.br

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

